

# AVISO

Avisam-se todos os encarregados de educação que irão decorrer as candidaturas ao Subsídio Ação Social Escolar 2017-2018, de 2 de Maio a 31 de Maio do corrente ano. Os alunos que permanecem no mesmo ciclo não necessitam de entregar o boletim, uma vez que o Escalão será o mesmo do ano letivo 2016/2017.

Caso estes mesmos alunos tenham irmãos, e estes mudem de ciclo, todos eles terão que apresentar novo boletim.

Assim, devem entregar o boletim, os alunos que se candidatam pela primeira vez e os que se encontram na seguinte situação:

- Jardim de Infância – 1.<sup>a</sup> vez
- 1.ºano – 1.º vez
- 4.ºano para o 5.º ano
- UNECA TVA – A/B;
- PCA 1- A/B;
- PCA STO. ANTÓNIO;
- PCA 2/A;
- OP 2/5 e OP2/6
- PCA 3 A / OPIII 9
- PROFIJ – 2.º ANO
- 6.º ano para o 7.ºano
- 9.ºano para o 10.ºano

Sempre que ocorra uma nova candidatura, devido a mudança de ciclo de um dos elementos do agregado familiar, é aplicado a todos o novo escalão. Quando houver alteração significativa do agregado e rendimento familiar nomeadamente emprego / desemprego / doença, os Serviços Administrativos da Escola deverão ser informados.

Solicita-se que os respetivos boletins estejam devidamente preenchidos e com toda a documentação. A falta de documentação determina o posicionamento do candidato aos benefícios de ação social escolar no V Escalão (Sem escalão).

Para atribuição de benefícios do Sistema de Ação Social Escolar, CADA ALUNO deverá apresentar os seguintes documentos:

1 - Boletim, devidamente preenchido e assinado pelo encarregado de educação;

2 - Fotocópia do IRS e Nota de Liquidação Fiscal respeitante aos rendimentos de 2016. NO ENTANTO, DÁ-SE A POSSIBILIDADE DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

ENTREGAREM OS DOCUMENTOS DE 2015, CASO À DATA DE ENCERRAMENTO DAS CANDIDATURAS NÃO TENHAM O MAIS RECENTE;

3 - Declaração do Abono de Família, passada pelos Serviços de Segurança Social/ ou outra Instituição, com a indicação do montante e escalão do posicionamento;

4 - Declaração do Rendimento Social de Inserção, passada pelos Serviços da Segurança Social;

5 - Na situação de desemprego deverá ser apresentada a declaração passada pelos Serviços de Segurança Social, referente ao montante do subsídio auferido e, na falta deste, a indicação sobre a não atribuição do mesmo.

6 - Face à inexistência de declaração de rendimentos e respetiva Nota de Liquidação os Encarregados de Educação/Pais, caso estejam dispensados da entrega de DECLARAÇÃO DE IRS terão de apresentar uma Certidão com o montante e natureza dos rendimentos comunicados a Autoridade Tributária;

6.1 - Se o agregado indicar que não auferir quaisquer rendimentos no boletim, terão que solicitar uma Certidão negativa de rendimentos, junto da Autoridade Tributária;

7 - A composição do agregado familiar será confirmada pela Junta de Freguesia, caso os pais ou encarregados de educação não tenham a Declaração de IRS e a respetiva Nota de Liquidação Fiscal, ou sempre que houver dúvidas sobre os elementos que compõem o agregado familiar.